

Estatizar distribuição de petróleo custa caro

Advertência é de constituintes, que prevêem gastos de US\$ 2,1 a 5 bilhões com indenizações

A estatização da distribuição de petróleo pode custar caro ao Governo. A advertência é de vários constituintes ouvidos pelo CORREIO, que prevêem elevados gastos com indenizações à rede privada — os cálculos variam de 2,1 a 5 bilhões de dólares —, que seriam retirados de setores considerados essenciais. Além disso, advertem, a proposta da Comissão de Sistematização, se aprovada, poderia provocar represálias contra a Petrobrás e outras empresas brasileiras que operam no exterior.

Mas, de acordo com estes parlamentares, quem perde mesmo é o consumidor, com a queda da qualidade dos serviços provocada pela estatização. Nesse debate, organizado por Carlos Magno Zuqui Lisboa para o CORREIO, os constituintes mostram ainda outro risco: o desemprego, com a desativação de vários postos de serviços. Foram ouvidos os seguintes deputados: Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), José Lourenço (PFL-BA), Afif Domingos (PL-SP), Feres Nader (PTB-RJ), Roberto Jefferson (PTB-RJ), Daso Coimbra (PMDB-RJ), José Geraldo (PMDB-MG), Marcos Lima (PMDB-MG) e Mendes Thame (PFL-SP).



Daso Coimbra



Mendes Thame



Sandra Cavalcanti



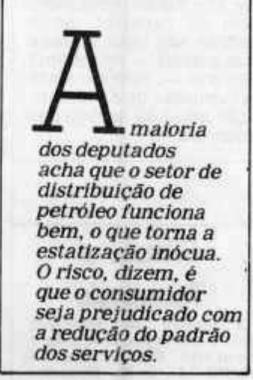
José Lourenço



Afif Domingos



Feres Nader



Roberto Jefferson



José Geraldo Ribeiro



Marcos Lima

A maioria dos deputados acha que o setor de distribuição de petróleo funciona bem, o que torna a estatização inócua. O risco, dizem, é que o consumidor seja prejudicado com a redução do padrão dos serviços.

País precisa de dinheiro

Como encara a participação do capital estrangeiro na economia nacional?

DASO — É fundamental a participação do capital estrangeiro no desenvolvimento nacional, desde que de forma disciplinada e atendendo as prioridades nacionais, sem discriminações e num regime de livre competição, regido pelas leis do mercado.

Pesquisas recentes ressaltam que o Brasil, apesar de dispor da sétima maior indústria de manufaturados do mercado ocidental, tem renda per capita equivalente a apenas 17 por cento da renda média dos países industrializados. Para reduzir essa distância do mundo desenvolvido e, ao mesmo tempo, gerar emprego no ritmo do crescimento de sua força de trabalho, a economia brasileira precisa realizar investimento em volumes muito superiores aos que são possíveis financiar apenas com sua poupança interna.

AFIF — Sou nacionalista de fins, não de meios. Nacionalista de objetivos. Quanto aos meios, temos que buscar os mais eficientes. Ai, não discrimino se o capital é estrangeiro ou nacional. Desde que venha para atingir objetivos nacionalistas serão bem-vindos, na forma da lei.

JOSÉ GERALDO — Encaro com simpatia, uma vez que esse é, o único processo pelo qual poderemos atacar o desenvolvimento econômico e tecnológico capaz de reduzir os desníveis sociais. A poupança interna brasileira é insuficiente para atender à demanda crescente de empregos. O que é mais grave é que essa poupança tem caído nos últimos anos, agravando a nossa necessidade de capital estrangeiro. A situação atual é tão dramática que em 88 a poupança interna, gerada pelo poder público, será negativa ou nula. Historicamente, o poder público era o maior poupador interno.

NADER — O capital estrangeiro é essencial para o desenvolvimento. Traz-nos a abertura de oportunidade de novos empregos, aproveitando nossa mão-de-obra e desenvolvendo o

bem-estar social em nosso país.

JEFFERSON — É muito importante. O país não tem poupança própria para desenvolver sua economia. Vejo a participação do capital estrangeiro em nosso país como Gorbachev. A URSS está atraindo capital estrangeiro a Nicarágua também. O mundo virou uma aldeia global. A interdependência é fundamental na economia.

Achamos, apenas, que a remessa de lucros deve ser disciplinada. Mas é indiscutível que devemos atrair sempre o capital estrangeiro, uma vez que este transfere tecnologia e gera novos empregos.

THAME — De forma supletiva, é benéfica, desde que submetido a um controle contábil notadamente rigoroso, no que se refere aos valores de exportação e importação. Isso para evitar o subfaturamento das exportações e o superfaturamento das importações, notadamente nas relações comerciais entre as filiais no Brasil e suas respectivas matrizes no exterior.

LIMA — Acho que a economia brasileira precisa se tornar mais adulta, não devendo temer a participação do capital estrangeiro. Evidente que ao lado da participação deve haver a fiscalização eficiente, em relação a esses capitais.

SANDRA — Sou favorável. Se a indústria privada estrangeira vem investir no Brasil, com a poupança deles, acho ótimo. Que venham. Podemos ficar totalmente tranquilos, pois temos uma excelente lei de remessa de lucros para o exterior, um legado que nos deixou o governo parlamentarista. Só podemos aceitar de bom grado o capital que vem para desenvolver nossa economia e assegurar dias melhores para o povo brasileiro.

LOURENÇO — Sou inteiramente favorável à participação do capital estrangeiro na economia nacional. O desenvolvimento não pode ser contido. Limitar a entrada de novos recursos no país, através do investidor estrangeiro, é o mesmo que relegar o país ao retrocesso econômico definitivo.

O risco é a ineficiência

Qual a posição sobre a estatização e nacionalização do setor de distribuição de combustíveis?

DASO — A minha posição é, a mesma da Petrobrás, manifestada já publicamente pelo seu presidente, Osires Silva.

A nacionalização ou estatização do setor não interessa a ninguém — nem ao governo, em virtude das elevadas indenizações e as retaliações ao Brasil na comunidade internacional, nem aos revendedores que perdem o benefício da concorrência entre as distribuidoras, nem aos consumidores, que serão prejudicados pela determinação inevitável na qualidade dos serviços e aumento de custos, como já ocorreu em outros países como a Espanha e a Argentina.

Além do mais, o setor é rigorosamente controlado pelo CNP, com margens reduzidas e definidas, que exigem um alto grau de eficiência das empresas para se manterem saudáveis e competitivas.

AFIF — Acho absolutamente desnecessário porque, ao nacionalizá-lo, vamos criar verdadeiros cartórios de derivados de petróleo para alguns amigos do rei. Ao invés de nacionalizar, eu democratizaria a distribuição, permitindo que mais gente entrasse no processo, diminuindo a excessiva regulamentação promovida pelo Conselho Nacional do Petróleo, que até sobre horário de funcionamento dos postos já impôs regras nacionais.

JOSÉ GERALDO — Tenho pensamento liberal. Sou contrário a qualquer proposta monopolística ou estatizante. No caso específico da distribuição de combustíveis, não só mantenho minha posição, como entendo ser uma posição altamente hostil ao capital estrangeiro. Hostil como um setor que colaborou durante longos anos com o nosso desenvolvimento, sem ameaçar nossa segurança e soberania.

Atitudes como estas levam o país ao empobrecimento gradativo, uma vez que representam

Ninguém acredita na aprovação

Acredita que o texto da Comissão de Sistematização, proibindo as empresas de capital estrangeiro de operarem no País, venha a ser mantido pelo plenário? Por quê?

DASO — Não, realmente não acredito. O assunto foi aprovado pela Comissão de Sistematização em condições muito diferentes das existentes no grande plenário da Assembleia Nacional Constituinte. Hoje, o momento é outro. As lideranças e os constituintes já refletiram mais sobre a matéria e estão melhor informados sobre a realidade do setor e a contribuição que essas empresas vêm dando ao País.

AFIF — Acredito que o consenso predominar no plenário, já que este é o tipo de assunto que a Constituição não deveria tratar, pois já traçou diretrizes sobre aquilo que interessa, que é o monopólio da extração. Quer

nacionalizar a distribuição dos derivados do petróleo é um excesso constitucional.

JOSÉ GERALDO O posicionamento das forças de centro e liberal na Constituinte é contrário ao texto proposto pela Comissão de Sistematização. Pretendemos mobilizar nossas forças para suprimir essa redação, mantendo o texto do Centro.

NADER — Será rejeitado porque é uma verdadeira aberração. Não podemos impedir que qualquer empresa instalada no País passe a ser impedida de distribuir os derivados do petróleo.

Acho que impedir que empresas distribuidoras dos derivados continuem seu trabalho — empresas que já atuam no mercado há mais de 25 anos — é proibir e repudiar o capital estrangeiro investido em nosso País, para promover o nosso de-

envolvimento e garantir o progresso.

JEFFERSON Se for aprovado, é o mesmo que aprovar uma emenda de um deputado comunista. É um atestado de absoluta xenofobia do plenário. Se isso acontecer, o Brasil começará a praticar o comunismo de Stálin, de 70 anos atrás.

As estatizações são hoje cabides de empregos de políticos e militares que perdem eleições ou que passam para a reserva. Esses, quando já não podem dar mais nada para o governo, passam a ser presidente de estatais. Não entendem nada de nada e passam a ser testas-de-ferro dos poderosos, que os utilizam para promover a corrupção desenfreada, que se verifica hoje em toda a administração. Estatizar postos seria criar mais empregos para vereadores e por aí fora.

Competição deve ser estimulada

Considera necessário que o setor de distribuição de combustíveis tenha suas regras de funcionamento alteradas? Em que sentido? Por quê?

DASO — Há anos que esse setor vem sendo minuciosamente regulamentado e controlado e, por essa razão, não vejo necessidade de alteração das suas regras de funcionamento. Se alguma alteração fosse feita, deveria ser na democratização de acesso de todos os cidadãos livremente à construção e operação dos postos de serviços, sem exigências cartoriais que discriminam os menos favorecidos.

AFIF — Sim, dando maior liberdade e estimulando mais a competição. Na minha opinião, competente é quem compete. Por conseguinte, incompetente é aquele que não compete.

JOSÉ GERALDO — Não vejo nenhuma necessidade de alterar as regras atuais. Isso porque o setor funciona de acordo com as leis de mercado e da livre concorrência.

NADER — Absolutamente não. As regras são perfeitamente definidas em leis e ninguém

investe sem a possibilidade de obter lucros. Por isso, é assegurada a manutenção das empresas, para que, através de seu trabalho, consigam obter lucros mínimos para que se mantenham ativas. Em última análise, é um incentivo para que elas possam sobreviver e honrar compromissos que lhes são atribuídos, através de impostos obrigatórios, conforme a lei. Esses impostos são cobrados mais em função dos serviços que prestam.

JEFFERSON — Não entendo nada de distribuição de petróleo. Como usuário do sistema, acho que está funcionando com perfeição. Hoje, abasteço meu carro o horário que bem entender. Em time que está ganhando não se mexe. Como usuário dou nota 10 para o serviço. Como está pode ficar. Quem dera que o Inamps fosse igual aos postos de serviços, no que se refere ao atendimento. Pelo menos não haveria filas.

THAME — Acho que isso não é uma questão que deve ser tratada na Constituinte. Isso não está, afeto à lei. E regulamentação do Conselho Nacional do Pe-

troleo. Acredito que deva haver o mínimo de regulamentação para facilitar a livre participação, tanto de empresas nacionais, como estrangeiras, na distribuição dos derivados do petróleo.

LIMA — Deve permanecer como está. Dessa maneira, a Petrobrás cresceu no setor de distribuição dos derivados do petróleo. Os serviços são bons. Se limitarmos a participação estrangeira no setor, a Petrobrás para de crescer.

SANDRA — Já existe um acordo para derrubar a emenda proposta pela Comissão de Sistematização. Todos reconhecem que aquilo foi um excesso que, de forma alguma, vai passar pelo crivo do plenário. Não precisamos nem discutir esse assunto.

LOURENÇO — Do modo como está é satisfatório. Não temos o que reclamar. Espero que se tivermos que mudar as regras atuais, que seja para melhor — o País tem se desenvolvido muito no setor de distribuição, e temos a Petrobrás quase dominando com eficiência esse mercado.

Retaliação pode ser a resposta

Quando da aprovação da emenda estatizando o setor de distribuição, houve forte reação de vários setores (governo, políticos, empresários, trabalhadores, imprensa, etc.) contra a proposição. Os argumentos principais contra a medida são a supressão de um grande número dos atuais postos de serviço, geração de desemprego, além de grandes incômodos e danos ao consumidor. A substituição das distribuidoras privadas exigiria ainda desviar de áreas prioritárias recursos superiores de US\$ 2,1 bilhões, que seriam direta ou indiretamente financiados pelo Governo. A possibilidade de represálias contra a atuação da Petrobrás no exterior é mais um dado a conturbar o quadro. Concorda com esses argumentos? Acrescentaria outros que justificassem a rejeição da emenda?

DASO — Concordo com os argumentos mencionados. Acrescentaria, ainda, os vultuosos investimentos que essas empresas têm feito também em outros setores, com recursos novos, trazidos em decorrência de sua presença no Brasil, e o fato de que não há necessidade de interferência do Estado para a nacionalização do setor, do que é naturalmente feito pelas leis de mercado. Por exemplo, a Ipiranga nasceu da compra da Gulf americana por empresários brasileiros, e estamos vendo aí o crescimento natural de diversas empresas brasileiras nesse setor (BR Distribuidora,

Hudson e São Paulo Petróleo).

AFIF — Acrescentaria que hoje, mais que nunca, o mundo exige um relacionamento cada vez maior entre as economias das nações. Uma atitude de represália, como esta, pode gerar outras, como, por exemplo, a proibição da venda de aviões ou calçados brasileiros para o exterior. Isso até como medida de reciprocidade dos países atingidos, como forma de preservação da sua própria soberania. Este instrumento de preservação de mercado só deve ser usado "in extremis", ou em setores realmente nevrálgicos, para evitar atitudes gratuitas em áreas não essenciais, que provoquem represálias em setores prioritários para as exportações brasileiras.

JOSÉ GERALDO — Considero que temos que desestatizar a economia em todos os níveis. Toda estatização induz à ineficiência, onerando os cofres públicos e, por via de consequência o contribuinte brasileiro. Isso é tanto verdade que hoje as empresas estatais são as grandes responsáveis pelo alto déficit público e pela taxa inflacionária elevada.

Nader — Acho que estatizar a distribuição dos produtos derivados do petróleo é criminoso e inviável, uma vez que impediria que outras atividades privadas pudessem receber o incentivo necessário para continuar trabalhando e desenvolvendo o nosso País. Isso porque a hora em que a iniciativa privada for

impedida de se desenvolver em nosso País, aí, sim, iremos verificar verdadeiro caos e o retrocesso de todo o desenvolvimento que o Brasil experimenta até hoje.

JEFFERSON A estatização é a stalinização da economia brasileira. Essa proposta não tem inspiração em Gorbachev, mas sim no assassinio de Moscou.

THAME — Acho que essa questão foi exaustivamente debatida e divulgada pela imprensa, dispensando maiores comentários.

LIMA — Sou pela livre iniciativa e não vou aceitar a estatização. Não posso permitir que o País retroceda no tempo.

SANDRA — Concordo com os argumentos, não quero acrescentar mais nada, até porque acho que essa questão já foi bem debatida.

LOURENÇO — Concordo. Não citaria nenhum novo argumento, mas gostaria de ressaltar um que considero da maior importância. Se o País adotasse medidas como essas propostas para estatizar o setor de distribuição de derivados, teríamos que enfrentar uma reação, que talvez fosse melhor nunca termos sonhado. E evidente que se impusermos medidas contrárias aos interesses de empresas ou países, teremos represálias, como resposta. E para o Brasil, como para ninguém, isso não é bom, pois, no nosso caso, estamos em plena fase de expansão do nosso mercado.

PMDB e PFL conversam mas não há aliança

O ministro Aureliano Chaves, o deputado Ulysses Guimarães e o senador Marco Maciel retomaram ontem os entendimentos entre o PMDB e o PFL, interrompidos desde o rompimento da Aliança Democrática, em meados do ano passado. O presidente do PMDB, o presidente de honra do PFL e o presidente peffista reuniram-se, ontem, na residência oficial de Ulysses, para avaliar o quadro político-institucional. Novo encontro deverá acontecer na próxima semana.

Os trabalhos da Constituinte, a crise socio-econômica e a ameaça de esfacelamento do quadro partidário foram os principais assuntos passados em revista pelos três líderes políticos.

Marco Maciel garantiu que não está na pauta o restabelecimento da Aliança Democrática, mas admitiu que o PMDB e o PFL têm papel importante a cumprir, principalmente por que as duas agremiações deverão realizar, brevemente, suas respectivas convenções nacionais. "Na convenção é que cada partido tomará decisão diante da situação de crise que nos as-

susta bastante" — disse o presidente do PFL, depois do encontro de ontem.

Na próxima semana a comissão executiva do PFL estará reunida para decidir o pedido de adiamento da convenção nacional, marcada para 15 de maio. A tendência é a de marcar a convenção para o final de junho. No PMDB, apesar da aparente resistência de Ulysses Guimarães, cresce o movimento pelo adiamento de sua convenção, fixada para o dia cinco de junho. A pretensão do PMDB e do PFL é a de realizar suas convenções depois de definida na Constituinte, pelo menos no primeiro turno, a duração do mandato de Sarney.

Outra preocupação dos dirigentes dos dois maiores partidos seria com as facilidades anunciadas para a criação de siglas, apenas com o apoio formal de 30 parlamentares, pelo menos, dispensada provisoriamente a organização das comissões diretoras regionais e municipais. Esta facilidade, para muitos dirigentes, seria um convite ao "esfacelamento" dos atuais partidos.

Waldir: Não é hora de sair do partido

O governador da Bahia, Waldir Pires, pediu ontem às lideranças dissidentes do PMDB que permanecem no partido, pelo menos até o final da Assembleia Nacional Constituinte. Ele reuniu-se, por mais de duas horas, com os senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e José Richa, e com os deputados Euclides Scalco e Pimenta da Veiga, este já fora do PMDB.

Waldir Pires é um dos aliados com que conta Ulysses Guimarães para evitar que os dissidentes deixem o PMDB, se possível até a promulgação da futura Constituição brasileira. O governador da Bahia elege hoje dois pontos prioritários para a consolidação democrática no país: a Constituinte e a realização de eleições presidenciais este ano.

Por isso, não vê com bons olhos a saída de lideranças importantes, como os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, Waldir Pires entende que ainda é possível brigar dentro do partido, especialmente no momento em que se conclui a elaboração do texto constitucional.

Da mesma maneira pensam os governadores do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, e de São Paulo, Orestes Quercia, Ulys-

ses deverá conversar com eles, e com Moreira Franco, este final de semana, no Rio de Janeiro. Na pauta, a melhor forma para se conter a dissidência. O presidente do PMDB acha que deve se assegurar mais espaço político aos descontentes.

E o caso, por exemplo, dos senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, que têm todos os caminhos barrados em São Paulo, devido ao domínio quase total que Orestes Quercia exerce sobre a máquina partidária no Estado.

Quando ao adiamento da Convenção — Waldir Pires ainda não conversara com Ulysses Guimarães até a reunião com os descontentes — o deputado Genebaldo Correia, presidente do Diretório Regional da Bahia, disse que o governador baiano é favorável ao adiamento, porque a sua realização, em junho, poderia perturbar os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

Nesse sentido, Ulysses conta também com o apoio dos governadores Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, e Orestes Quercia, de São Paulo. O presidente do PMDB buscará ainda a adesão de Moreira Franco, do Rio de Janeiro, à tese do adiamento.

Convenções serão adiadas

Os deputados Genebaldo Correia e Cid Carvalho deverão entregar a Ulysses Guimarães, ainda esta semana, o documento que pede o adiamento da Convenção Nacional do PMDB para depois da Assembleia Nacional Constituinte. O requerimento está sendo elaborado com a participação do líder do partido na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro.

Ulysses Guimarães esteve ontem, com o senador Marco Maciel e com o ministro Aureliano Chaves, além da Constituinte — o título da Ordem Econômica interessa particularmente ao

ministro das Minas e energia — conversaram sobre as convenções do PFL e do PMDB: a primeira, marcada para o dia 15 de maio; a outra, para o dia 5 de junho.

Ambas deverão ser adiadas: o deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara, já entregou ao senador Marco Maciel um documento com 95 assinaturas, pedindo o adiamento da convenção do partido para 15 dias depois da Constituinte. Ele reunirá a Executiva na próxima terça-feira, para decidir a questão.